

ARQUITETURA INCLUSIVA: ACESSIBILIDADE COMO FATOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INCLUSIVE ARCHITECTURE :ACCESSIBILITY FOR THE INCLUSIVE EDUCATION

¹DAL'LOZZO C.; ²BENTE, R.H.

^{1e2}Departamento de Arquitetura- Faculdades Integradas de Ourinhos

O tema inclusão social vem sendo sensivelmente discutido entre todos os segmentos sociais. A grande meta a ser atingida é sensibilizar a sociedade para o direito de ir e vir das pessoas portadoras de necessidades especiais (acessibilidade). A acessibilidade em todos os níveis é indispensável à inclusão de todas as pessoas na sociedade. O meio físico acessível pode ser extremamente libertador e transformar a possibilidade de integração entre o sujeito e seu desempenho escolar e social. Partindo desses pressupostos, este artigo apresenta os resultados do TFG apresentado ao Curso de Arquitetura da FIO – Faculdades integradas de Ourinhos, que, baseado nos pressupostos da arquitetura inclusiva apresenta um projeto que buscou soluções no sentido de co-relacionar no meio físico da Escola Especial Maria de Nazaré (APAE) do município de Jacarezinho – PR, o espacial, o funcional, o formal e o conforto ambiental.

Palavras-chave: Escola Especial, Arquitetura Inclusiva. Acessibilidade.

ABSTRACT

The social inclusion theme has been sensibly discussed between all social segments. A large target to be achieved is the touch of the society for the rights of all especial necessities bearer. The accessibility in all levels is indispensable for the inclusion of all people in society. The accessible physical environment can be extremely liberator to transform the possibility of integration of the individual and its scholar and social development. Setting from these thesis, this article presents the results of the TFG offered to the Architectural Course of FIO – Faculdades Integradas de Ourinhos, that, based on the proposals of inclusive architecture, bids a project witch searched for solutions on the direction that relates the physical environment of the Escola Especial Maria de Nazaré (APAE) the town of Jacarezinho – PR to the space, the functional, the formal and the environment comfort.

Key-words: Especial School, Inclusive Architecture, Accessibility.

INTRODUÇÃO

De forma ampla, pode-se dizer que a questão enfocada por este artigo insere-se no campo de espaços de convivência voltados a indivíduos portadores de necessidades especiais. Nesse sentido, através de uma revisão bibliográfica e de conceitos básicos sobre Educação Especial, buscou-se identificar pontos que inter relacionem projetos de espaços arquitetônicos e edificações adequadas às necessidades pedagógicas, afetivas e sociais dos portadores de Necessidades Especiais (PNE).

¹ Departamento de Arquitetura – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM

² Departamento de Arquitetura – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM

Nessa perspectiva, baseados nos pressupostos teóricos da arquitetura inclusiva, do desenho universal, nesse artigo discorre-se sobre as possibilidades de melhorias arquitetônicas para o edifício da Escola Especial Maria de Nazaré (APAE) do município de Jacarezinho – PR, que inter-relacione espaço, forma, função e conforto ambiental.

Considera-se aqui que todas as pessoas, independente de suas limitações, etnia, valores e crenças, tenham direito a permanecer em suas comunidades locais recebendo o apoio necessário das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e serviços sociais e usufruir de direitos e deveres como qualquer cidadão.

Quando se fala de deficiências, especialmente quando envolve o comprometimento mental, um resgate histórico mostra que esse tipo de limitação, por muito tempo foi considerada sinônimo de loucura. Incompreendida pela maioria das pessoas, era vista como castigo dos céus, morada do demônio ou ainda um mistério da mente humana que não podia ser desvendado por meros mortais.

Atualmente, essas concepções vêm sendo vistas como forma de discriminação, desrespeito à diferença, que refletem a falta de princípios éticos, morais e de cidadania. A efetivação legal de tais princípios exige que as pessoas com ou sem deficiência sejam reconhecidas e tratadas como sujeitos de direito, o que originou a luta pela garantia de uma educação inclusiva que se expressa numa longa trajetória de avanços, conquistas e algumas vezes de perdas de espaços e recuos, na busca de uma sociedade mais igualitária e justa.

Com os avanços da ciência, começou-se a entender melhor as pessoas PNEE, assim como a buscar formas de tratamento e, principalmente, educação. Assim, os indivíduos ditos excepcionais passaram a ser vistos sob outro prisma, com direitos e obrigações pela sociedade, contexto em que, a educação inclusiva configura-se, no momento, um enorme desafio para o nosso sistema educacional. Ela representa um novo caminho que está sendo construído por muitas pessoas que sonham com uma sociedade justa, solidária e pronta para garantir os direitos de todas as pessoas que nela vivem.

Nessa perspectiva, esse artigo apresenta algumas considerações sobre a educação especial, relacionando-a à arquitetura. Assim, a partir de uma conceituação básica e de um panorama geral sobre a evolução histórica de seu tratamento, destaca-se, no caso brasileiro, o papel das *Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*, seguindo-se as questões relacionadas ao

desenvolvimento dos espaços arquitetônicos voltados à convivência social, educacional e política dessas pessoas, de modo a apontar, alguns aspectos de relevância referentes ao tema, em especial quanto à concepção e projeto de espaços de convivência destinados aos sujeitos PNEE.

Considera-se aqui que, a educação inclusiva é, sem dúvida, uma conquista que vai facilitar que essas vivências passem a ter acesso e a fazer parte da vida de todas essas pessoas, cidadãos de direitos.

No entanto, a inclusão escolar não significa apenas colocar todos os alunos na escola comum, fazendo assim uma inclusão apenas física. A inclusão escolar significa garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos PNEE.

Para isso, cabe à instituição oferecer os suportes que o aluno necessita para ser, de fato, incluído. Esses suportes são os apoios pedagógicos, apoios clínicos, a remoção das barreiras, os recursos materiais e tudo o mais que se fizer necessário para que esse aluno possa aprender como e com os outros.

As APAES têm uma vasta experiência no campo da educação especial e disponibilizam sua experiência, e os seus recursos para a construção de uma educação que não segregue, que não rotule, que não discrimine.

Os municípios que se envolveram com essa proposta, caso de Jacarezinho (PR), já registram uma movimentação inversa dos alunos entre a escola comum e a APAE: apresentam redução dos encaminhamentos das escolas comuns para a APAE e ampliação da transferência de alunos da APAE para a escola comum.

Esse contexto instala inúmeras ações que buscam e buscam a integralização política, econômica, social e cultural das pessoas PNNE. Dotados de características próprias, necessitam cuidados especiais e, portanto, espaços arquitetônicos que possibilitem o seu desenvolvimento completo e concreto. Nesse sentido a arquitetura configura-se como grande aliada da inclusão através de normas pré-estabelecidas, bom dimensionamento e escolha correta de materiais.

Trabalhos recentes na área do Desenho Universal e do projeto inclusivo têm contemplado a acessibilidade física e a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas com o objetivo de proporcionar acessibilidade a todas as pessoas PNNE, temporárias ou permanentes.

Em arquitetura e urbanismo, o projeto inclusivo tem sido a cada dia mais discutido, constituindo uma abordagem para obter espaços utilizáveis pelo maior número de pessoas possível. O projeto inclusivo consiste basicamente em identificar

as necessidades e desejos dos usuários, os requisitos de projeto, avaliá-los e propor uma concepção de um ambiente mais inclusivo, acessível, o que implica que os espaços sejam adequados às exigências e necessidades de seus usuários.

MATERIAL E MÉTODOS

Os métodos adotados para elaboração deste trabalho científico partiram inicialmente da escolha do tema. Na seqüência, iniciou-se a pesquisa das bibliografias relacionadas ao tema, para a conceituação teórica. A seguir foram feitas visitas à Escola Especial Maria de Nazaré – APAE de Jacarezinho.

Para caracterização do espaço escolheram-se como correlatos a funcionalidade, formalidade conforto e acessibilidade.

Localização do município:

Jacarezinho está localizado no extremo norte do Estado do Paraná e apresenta as seguintes coordenadas geográficas:

Altitude : 435,00 metros

Latitude : 23° 09' 24" Sul

Longitude : 49° 58' 16" W-GR

Clima: Subtropical Úmido Mesotérmico, verões quentes com tendência de concentração das chuvas, invernos com geadas pouco frequentes, sem estação seca definida.

temperatura média superior a 22° C

temperatura média inferior a 18°

Acesso:

- O município de Jacarezinho está localizado próximo à linha do trópico de capricórnio e suas terras margeiam o rio Paranapanema, na divisa com o Estado de São Paulo.
- O município limita-se com Ribeirão Claro, Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina, Barra do Jacaré, Cambará e Ourinhos (SP).
- As vias de acesso são pela rodovia BR 153, sentido sul com Santo Antônio da Platina e norte com Ourinhos.

- O município é uma importante rota localizada no centro do corredor do Mercosul, distante cerca de 450 km de São Paulo (via Castelo Branco ou Raposo Tavares) e de Curitiba.
- Em direção ao sul do País, faz ligação com Ponta Grossa, Porto de Paranaguá e Porto Alegre.
- Pela rodovia PR 431, tem acesso à Cambará e a BR 369, rumo a Cornélio Procópio, Londrina, Maringá.
- Pela mesma Rodovia PR 431 (sentido leste) o município faz ligação com Ribeirão Claro e o sul do Estado de São Paulo. Jacarezinho é popularmente conhecida como Portal do Paraná.

Escola de Educação Especial Maria de Nazaré

Oferece atendimento a 165 alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais. Atendendo uma clientela cuja idade varia de recém-nascidos à adultos.

A escola tem por filosofia promover a inclusão das pessoas com deficiências na sociedade, investindo no seu envolvimento global oferecendo-lhe igualdade de oportunidade, de forma que tomem posse do seu direito fundamental de cidadãos.

Modalidade de Ensino

- Educação infantil – 0 a 3 anos – Educação Precoce.

Tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

- Ensino Fundamental – 7 a 14 anos

Destina-se a desenvolver na criança, a partir de 7 anos, a capacidade do exercício da cidadania, de adquirir conhecimentos e habilidades, de compreender o ambiente natural e social, de fortalecer as relações familiares e sociais e o domínio da leitura, do ensino e do cálculo.

- Educação Pré-profissional – 14 anos à idade adulta.

Para pessoas acima de 14 anos, em período integral. Objetiva prepará-los para a independência nas atividades da vida prática do lar, sua auto-realização, e sua efetiva integração na vida em sociedade. Treinamento diário em atividades ocupacionais e semi-profissionalizantes, como jardinagem, arte culinária, limpeza e

higiene, tapeçaria, artesanato em madeira e mosaico, incluindo atividades físicas e de lazer.

Além disso a escola oferece:

- **Estimulação precoce**

Atendimento sistemático semanal e individual para crianças com idade entre zero e 3 anos que apresentem atraso no desenvolvimento neurológico e motor ou portadora de deficiência mental. O trabalho é feito pela equipe multidisciplinar (psicóloga, assistente social, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, dentista e pedagoga).

- **Programas terapêuticos**

O aspecto terapêutico abrange o diagnóstico e tratamento de uma síndrome e/ou doença ou dificuldade específica, atendendo a criança em terapias individuais ou em grupo, de modo a auxiliar os programas educacionais e a reabilitação do portador de deficiência

- **Ambientes Pedagógicos**

- Salas de aulas com banheiro
- Sala de música e artes
- Sala da direção
- Secretaria
- Laboratório de informática
- Quadras esportivas
- Refeitório, cozinha e banheiro
- Oficina profissionalizante
- Cozinha experimental
- Vestiários
- Almoxarifado
- Depósito de alimentos
- Piscina

- **Diagnóstico e Promoção de Saúde**

- Encaminhamento
- Triagem
- Pais de Apoio
- Avaliação
- Estudo de Caso/Indicações/Devolução

- Serviços Médicos / Odontológicos / Enfermagem

- **Objetivo:**

Ações de educação em saúde, avaliações, definição de diagnóstico, indicação de abordagens, assistência médica, odontológica, enfermagem a nível preventivo e curativo, serviços médicos de qualidade, direito à prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida da clientela alvo.

- **Equipe Técnica**

- Assistente Social
- Fisioterapeuta
- Terapeuta Ocupacional
- Psicóloga
- Psicopedagoga
- Fonoaudióloga
- Serviço de Enfermagem
- Dentistas
- Médico Pediatra
- Médico Clínico Geral
- Médico Psiquiatra
- Médico Neurologista
- Nutricionista.

DIAGNÓSTICO DO SÍTIO

- **Formato**

- Apresenta a forma linear e com o tempo foram inseridos outros prédios .
- Facilidade para ampliação

- **Análise do entorno**

Equipamentos : em um raio de 1 km encontra-se:

- 01 Posto de gasolina
- 01 posto de saúde
- 01 indústria de alimentos
- 01 Batalhão da Polícia Militar
- O local apresenta grande movimento por estar localizado em frente à BR

Edificação : gabarito e volumetria

- O maior volume da área se dá à Indústria de alimentos Cargill e Batalhão da

PM

- O prédio da APAE assim como as demais edificações são baixas

- Vocação Urbana:

- Plano diretor da área residencial

- Infra-estrutura completa

- Área de pastagem mais abaixo do terreno e sem plano de loteamento.

ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARÂMETROS CONTEXTUAIS – AMBIENTAIS

- Considerar a relação entre área construída e áreas livres (áreas de recreação, área verde/paisagismo, estacionamento e possibilidade de ampliação);
- Considerar a configuração de uma arquitetura que responda aos parâmetros ambientais, implantação, forma, volumetria, padrão construtivo, materiais e acabamentos, dispositivos de sombreamento.
- Considerar a insolação e a direção dos ventos dominantes, tendo em vista sempre as melhores condições ambientais nos espaços com o maior número de usuários e com o maior período de ocupação.
- Prever implementação de ventilação cruzada nesses ambientes (aberturas em paredes opostas e em alturas diferenciadas, desnível de telhados etc), bem como a possibilidade de dispositivos de sombreamento para atenuar insolação indesejada (beirais, brises etc);

Para que toda a problemática deste estudo seja melhor compreendida, nos resultados e discussão faz-se uma conceituação teórica de acessibilidade elaborada segundo a NBR 9050/04, que serviu de norte para os correlatos escolhidos, bem como o atendimento às questões de acessibilidade prevista pela NBR 9050/04 e de projeto universal, em relação às dimensões, desníveis, materiais, mobiliário e acesso às edificações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No campo da Arquitetura e Urbanismo, o termo acessibilidade está relacionado ao contexto físico-espacial, e às relações ao homem com o espaço físico. A acessibilidade espacial diz respeito às condições dos ambientes, de forma a permitir o acesso, o deslocamento, a orientação e o uso dos equipamentos por qualquer indivíduo, sem necessitar o conhecimento prévio das características do mesmo. Assim, proporcionar acessibilidade ao espaço construído significa garantir a cidadania e aceitar a diversidade, dar possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento do espaço a qualquer tipo de pessoa em suas diferentes condições de mobilidade, respeitando seu direito de ir e vir (MASINI, 2002). Os espaços, públicos ou privados, devem ser acessíveis a qualquer pessoa, independente de suas limitações, desde o seu nascimento até a velhice. (PRADO, 1997).

Na mesma perspectiva, Guimarães (1995) complementa afirmando que os espaços devem permitir maneiras de serem usados, explorados, providos de elementos únicos ajustáveis ou múltiplo-complementares, tornando o conjunto adequado a algum tipo de necessidade ou característica.

Assim, se as condições dos espaços refletem diretamente no desempenho de seus usuários, então a acessibilidade inadequada impede a conquista da autonomia e da independência, características da cidadania.

É nesse sentido que a questão da acessibilidade, nos dias atuais, tornou-se um desafio tanto para os órgãos oficiais, como para sociedade, uma vez que exige a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades e nas edificações, nos transportes e na comunicação (ABNT, 2001).

Para arquitetos e urbanistas esta abordagem deve ser encarada na fase inicial do projeto, que deve procurar integrar o conceito. Nesse contexto as questões sobre acessibilidade e inclusão tem sido vastamente discutidas em diferentes áreas de atuação profissional. A acessibilidade, como definição de vários pesquisadores, envolve de uma maneira geral todos os parâmetros que influenciam o movimento, a ação humana no meio ambiente.

Santos (1987) define acessibilidade aproximando-o do conceito de inclusão, que por sua vez se estende ao entendimento de cidadania. Para o autor não existe

cidadania efetivamente se não houver acessibilidade. Assim, garantir a inclusão de todos os cidadãos é um direito universal. A cidadania é exercida pela participação social, a partir da eliminação de barreiras físicas e de atitudes como preconceito e segregação. A cidadania se espacializa através da acessibilidade (GERENTE, 2005; DISCHINGER et al, 2004).

“A acessibilidade surge assim, como atributo imprescindível, no sentido de possibilitar que todos, sem exceção, possam desfrutar das mesmas oportunidades. Ambientes acessíveis devem realçar as capacidades de seus usuários, ao invés de destacar suas limitações, respondendo de forma inclusiva às limitações dos indivíduos, provenientes de restrições permanentes ou temporárias (GERENTE, 2005).”

Constata-se, do exposto que o arquiteto é o agente responsável por essa espacialização e tem uma função social importante, como um dos atores para garantir a cidadania. O conceito de inclusão e cidadania se estende ao projeto inclusivo que tem como princípio, obter espaços que possam ser usados pelo maior número de pessoas possível.

A partir dessa concepção, o desafio que se coloca é responder de que forma é possível que todas as pessoas, sem restrições, possam exercer seu direito de ir e vir, garantido constitucionalmente.

“É nesse cenário que se desenvolveu a concepção de projeto universal, que propõe o entendimento das necessidades e desejos dos usuários e maximiza o número de pessoas que possam utilizar um produto, ou espaço. (ALVARENGA, 2006).”

“Configura-se como um princípio para evitar a exclusão de pessoas, assegurando que as pessoas com habilidades que diferem do normal tenham total acesso a produtos e serviços, particularmente focando a questão da inclusão de idosos e pessoas com deficiências. O Desenho Universal, assim, veio para nortear critérios do projetar atendendo à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população (DUARTE, COHEN, 2004) na tentativa de estabelecer acessibilidade integrada aos usuários.

Na perspectiva apresentada deduz-se que o pensamento de Desenho Universal exige grande flexibilidade de raciocínio no ato de projetar. A busca de um desenho capaz de atender a todas as pessoas não pode ignorar as diferenças reais entre usuários.

CONCLUSÃO

O estudo possibilitou o entender que o projeto inclusivo constitui uma abordagem que visa a criação de ambientes que possam ser usados pelo maior número de pessoas possível. Nessa perspectiva, no projeto para a APAE, há que se considerar a diversidade de características de seus usuários, sob penas de apenas uma parcela da população usufruir ampla e confortavelmente dos espaços na instituição. Assim, o projeto prioriza eliminar, ou pelo menos minimizar, a privação de conforto dos usuários no ambiente construído. Para isso é essencial o estudo das restrições e limitações apresentadas pela diversidade de seu público.

Concluindo cabe dizer que o trabalho indicou que a abordagem do projeto inclusivo, considerando todos os demais temas relacionados oferece boas possibilidades para o entendimento real e concreto dos princípios da acessibilidade.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, F. B. **Uma Abordagem Metodológica para o Projeto de Produtos Inclusivos**. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **Coletânea de Normas de Acessibilidade para Pessoas Portadoras de Deficiências**. Rio de Janeiro, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 9050/04: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. São Paulo: ABNT, 2004.
- BRASIL, **DECRETO nº 91.872, de 1995**. Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente. DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoas Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.acessibilidade.org.br/legislacao.htm>.. Acesso em 28/05/2009.
- DISCHINGER, Marta et al. **Desenho Universal em Escolas: acessibilidade na rede escolar municipal de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis: 2004.
- DUARTE, C. R.; COHEN, R. (Coord.). **Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação**. Rio de Janeiro, RJ, 2004.
- GERENTE, M.M.. **Introduzindo diretrizes de projeto para acessibilidade em sítios históricos a partir do estudo de São Francisco do Sul**.. 165 f. 177 Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis, 2005.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. **A graduação da acessibilidade versus a norma NBR 9050 – 1994**. Uma análise de conteúdo. Belo Horizonte: Centro de Vida Independente Belo Horizonte, 1995.

MASINI, E. F. S. (Org.). **Do sentido...pelos sentidos...para o sentido: sentido das pessoas com deficiência sensorial**, Niterói: Intertexto; São Paulo: Vetor, 2002.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.